

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL



Daniel Macedo Gomes da Silva

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O  
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

Rio de Janeiro  
Janeiro/2020

Daniel Macedo Gomes da Silva

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O ESTÁGIO  
CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Marilene Aparecida Coelho

Rio de Janeiro  
Janeiro/2020

## Agradecimentos

**A Deus** por ter colocado no meu caminho pessoas especiais entre amigos de infância, amigos de faculdade e familiares e, por ter permitido a realização desse sonho de me formar, apesar de todos os problemas que eu tive neste longo processo da minha graduação, pela saúde concedida aos meus entes queridos e amigos e principalmente por ter me dado forças para seguir em frente.

**Aos meus pais**, base de tudo, fonte de apoio e amor incontestáveis. Obrigada pela luta e dedicação para me proporcionar uma boa educação. Lutaram e se sacrificaram para que eu atingisse meu sonho. Que fizeram do meu sonho o deles, mesmo discordando de muitas das minhas ideias e da minha ausência física. Só tenho a agradecer por todos os momentos e dedicar a vocês essa conquista. A vocês, meu eterno e maior agradecimento. À minha mãe, pelas palavras de carinho e apoio quando estive inseguro, por escutar minhas lamentações provenientes do cansaço, por compreender todos os meus inúmeros momentos de stress e por me fazer sorrir quando eu pensava que só poderia chorar, você é meu porto seguro.

Ao meu pai, em especial, agradeço todo o apoio moral e o exemplo de dedicação, sempre me incentivando a continuar e terminar minha graduação, sempre me dizendo para levantar a cabeça, ter forças e seguir sempre em frente. Te amo!

**Aos meus irmãos**, que bom ter vocês por perto!! Obrigada por todos os conselhos (os que eu segui e os que eu não segui!). Por me fazerem acreditar, mesmo quando era impossível, que tudo ia dar certo. Por segurarem a barra em casa, quando eu não podia estar presente, ajudando nossa mãe em casa. Isadora e Pedro essa conquista também é de vocês, contem comigo sempre, pois de Niterói para Irajá é um pulo.

**A minha família** e seus sinais de contradição saudável! Aos tios, primos, irmãos emprestados e cunhadas que conviveram, mesmo que, muitas vezes, de longe, com o meu crescimento, muito obrigado.

**A vida**, pois sem ela eu não chegaria e na realidade não sei a onde eu chegaria, pois ela é e foi peça fundamental para que eu chegasse até aqui, me incentivando, encorajando e permanecendo do meu lado em todos os momentos, afinal não teria o menor sentido eu terminar minha graduação sem sua presença e participação neste processo, pois o que a UFRJ uniu, ninguém separa. Você é minha melhor parte, meu motivo de orgulho maior, seja como companheira de vida, de ideias, de perrengues, de referência profissional (não conheço assistente social melhor que você!), de amiga, de mãe, filha... enfim, nestes 10 anos juntos você foi parte essencial da minha vida acadêmica, pessoal e profissional. TE AMO e que sorte a minha de ter você do meu lado Rafaella Azevedo, seguimos juntos! TMA é seu!

**A minha sogra, meu sogro e minhas cunhadas** tão queridas! Obrigado por me acolherem tão bem e me fazer sentir parte da família, na verdade já sou mais que parte de família! Obrigado por me passar tanta coisa boa e por criar uma pessoa tão linda que é minha companheira. Vocês fizeram um ótimo trabalho! Amo vocês, de verdade!

**Aos amigos** que compartilham os mesmos ideais de vida (ou não!), companheiros de todos os momentos, bons e ruins. Vocês são poucos, mas tão queridos e mesmo com a distância não tenho como não pensar em vocês neste momento tão importante e esperado por vocês.

Agora vocês podem ficar um pouquinho mais despreocupados, pois estou terminando a graduação.

**Aos amigos** que fiz no decorrer desses 10 anos (e mais um pouco!), meu MUITO OBRIGADO. Aos que chegaram logo no início e os que vieram depois. Que para além de companheiros de trabalhos e estudos, de laboratório, de aulas, dos estágios, foram com quem pude compartilhar risadas, noitadas, angústias, desesperos e planos. Foi um prazer compartilhar diariamente a companhia de vocês e ter construído essa amizade que vai além dos muros da Praia Vermelha. Companheiros de uma vida! Um obrigado especial à Rebeca, Lillian, Clarissa, Daiene, Pangaio, Keilla, Yuri, Fernando e muitos outros. Todos vocês alegraram a minha vida ao longo do curso e me proporcionaram muito aprendizado.

**A Escola de Serviço Social da UFRJ** eu tenho o maior orgulho de estar me formando nesta instituição que foi minha segunda casa por muitos anos, agradeço a todos os professores dos quais eu tive o prazer de aprender e aos que infelizmente eu não pude ter tido contato, muito obrigado também, pois em tempos tão sombrios para a Educação vocês são resistência e um sopro de esperança. Aos funcionários da ESS por tamanha dedicação em meio ao desmonte da educação, meu muito obrigado pelo trabalho de vocês, mantendo a ESS com condições de funcionamento, se dedicando a dar o melhor de vocês para os alunos e a sociedade que cerca nossa comunidade, vocês são maravilhosos. Ah, nisso incluo o Henrique da Xerox, obrigado pelas conversas e risos antes das provas e pelos descontos na xerox. Te devo um almoço !!

**Aos terceirizados** que estão sempre buscando manter a ESS em condições de uso e que são foram sempre solícitos quando solicitados.

**Ao Centro Acadêmico Jose Paulo Netto** local de aprendizado e de muita luta, só tenho a agradecer pelos ótimos momentos que passei nesse lugar.

**Aos professores** que participaram do meu processo de formação que não termina aqui, mas é contínuo.

**Ao meu supervisor** de campo do Centro de Cidadania da Praia Vermelha, Rodolfo Silveira pelo aprendizado, atenção e ensinamentos sem fim!

**A querida orientadora**, professora e exemplo profissional: Marilene Aparecida Coelho. Muito obrigado pelos caminhos, pelas construções (e desconstruções), pelas orientações, por tanta tolerância, compreensão e paciência. Eu certamente fiz minha melhor escolha como orientadora e serei eternamente grato por tanto que a senhora fez por mim nesta fase tão importante da minha vida.

**Às professoras** Luana Siqueira e Sheila Backx, que compõe esta banca, meu muito obrigado por fazer parte deste importante momento!!

## RESUMO

SILVA, Daniel Macedo Gomes da. **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO.** Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O objetivo deste trabalho é, a partir da análise bibliográfica e documental, sistematizar a trajetória do Serviço Social no Brasil, bem como entender as especificidades do estágio supervisionado obrigatório, e posteriormente, analisar este tema dentro do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no intuito de contribuir com o debate sobre a qualidade do ensino e aprendizagem no processo de formação do/a assistente social.

O trabalho está organizado em introdução, dois capítulos e conclusão. O primeiro capítulo trás o resgate histórico da profissão com uma breve análise do surgimento do Serviço Social e os seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos. O segundo capítulo aborda o debate sobre a formação profissional do assistente social, as diretrizes curriculares e as resoluções do CFESS relacionadas à supervisão de estágio. Analisa, ainda, panoramicamente a formação deste profissional na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com ênfase sobre o estágio supervisionado.

Esta monografia busca contribuir com a temática a formação do profissional com base na história da profissão, assim como nas resoluções, diretrizes e políticas que foram implementadas.

**Palavras-chave:** Estágio, política de estágio, formação profissional.

## **RELAÇÃO DE SIGLAS**

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

EaD – Educação a distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESS – Escola de Serviço Social

CCPV – Centro de Cidadania da Praia Vermelha

CEAS – Centro de estudos e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

PNE – Política Nacional de Estágio

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	8
<b>Capítulo 1 – O resgate histórico da profissão: uma análise necessária</b>	10
<i>1.1 As condições históricas e sociais da emergência do Serviço Social</i>	10
<i>1.2 O surgimento do Serviço Social no Brasil</i>	17
<i>1.3 O projeto ético-político do serviço social hegemônico na atualidade</i>	23
<b>Capítulo 2 – O debate contemporâneo e o estágio supervisionado</b>	27
<i>2.1 Diretrizes curriculares e resoluções do CFESS</i>	27
<i>2.2 A formação profissional do assistente social e as Diretrizes Curriculares</i>	30
<i>2.3 A Política Nacional de Estágio</i>	36
<i>2.4 O estágio supervisionado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro</i>	40
<b>Considerações Finais</b>	44
<b>Referências bibliográficas</b>	47

## Introdução

A análise do processo de formação profissional requer uma abordagem histórica, ainda que breve, situando a profissão no contexto da realidade brasileira.

Uma reflexão sobre o surgimento e a institucionalização do Serviço Social, identificando os principais marcos da profissão na sua trajetória, articulado com a formação profissional é fundamental para melhor situarmos e entendermos o estágio supervisionado em Serviço Social neste contexto de flexibilização das relações de produção e dos direitos sociais na contemporaneidade.

Tal exercício teórico exige, necessariamente, uma revisão crítica da trajetória do debate acumulado da profissão, analisando as conquistas, os dilemas e o contexto sócio histórico do processo de construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

A análise da profissão nas relações sociais no capitalismo é necessária para pensar o Serviço Social e os seus dilemas e desafios, diante das novas exigências profissionais, decorrentes das profundas alterações no mundo do trabalho, das repercussões da contrarreforma do Estado e, conseqüentemente, das novas configurações assumidas pela sociedade civil. Este procedimento analítico implica analisar, de forma aproximativa e inicial, os avanços e os desafios que se colocaram para a profissão no último quartel do século XX, e possibilitaram a reformulação das Diretrizes Curriculares que norteia o processo de formação profissional na atualidade.

Assim, pretendemos aqui traçar alguns elementos que subsidiem esta análise. Almejamos, também, avançar na discussão da problemática do estágio obrigatório analisando a política de estágio, as resoluções do CFESS e as diretrizes curriculares. Só a partir disto, focalizaremos na política estágio dentro da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seus rebatimentos.

O interesse neste tema surgiu a partir de uma vivência própria. Sou aluno do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e também, trabalhador. No momento em que estava apto a dar início ao estágio, após ter sido aprovado na disciplina de Ética Profissional, encontrei dificuldades com a falta de vagas em campos de estágio para os alunos que trabalham e demorei em torno de dois anos para iniciar o estágio supervisionado no Centro de Cidadania da Praia Vermelha, da Escola de Serviço Social da UFRJ. Neste espaço socio-ocupacional fiz



todos os períodos de estágio. Percebi, então, que era de extrema importância abordar este tema como conclusão do curso.

Para a realização do estudo utilizou-se o estudo bibliográfico e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida para apreender a natureza e emergência do Serviço Social, o seu significado nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista e as particularidades da trajetória da profissão no Brasil. Para realizar este estudo buscou-se como referência Yamamoto (2004, 2011, 2012) e Netto (2004, 2014) fundamentalmente. A pesquisa documental buscou conhecer as Diretrizes Curriculares formulada pela ABEPSS em 1996 e as Diretrizes do Curso de Serviço Social aprovada pelo MEC em 1999. Foram analisados ainda a Resolução N. 533 do conjunto CFESS/CRESS, o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFRJ e sua política de estágio de 2018.

O conteúdo do presente trabalho de conclusão de curso estrutura-se em dois capítulos. No primeiro capítulo sistematizo, brevemente, o surgimento da profissão, procurando mostrar o seu vínculo com o mercado de trabalho, tendo seu início ligado a nova fase do capitalismo, que é o capitalismo monopolista. Neste estágio do capitalismo, como afirma Netto (2011), o Estado responde às expressões da questão social também por meio de implementação de políticas sociais. Este capítulo aborda, ainda, o processo de construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

No segundo capítulo será abordado o debate sobre a formação profissional do assistente social, com ênfase nas diretrizes curriculares e as resoluções do CFESS, procurando problematizar as atuais condições sociais de formação deste profissional na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abordo, também, a Política Nacional de Estágio, bem como a Política Local de estágio da ESS/UFRJ.

## Capítulo 1 – O resgate histórico da profissão: uma análise necessária

### 1.1 As condições históricas e sociais da emergência do Serviço Social

A análise da origem da profissão de Serviço Social requer compreender as particularidades da sociedade capitalista, as contradições acerca dessa sociedade e a correlação de forças entre as classes sociais fundamentais, expressa na diferenciação destas duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. É nesse contexto, especificamente na fase dos monopólios, que o Serviço Social emerge como profissão, legitimando-se a partir da execução das políticas sociais elaboradas pelo Estado, em resposta às reivindicações da classe trabalhadora organizada.

Pela conjunção de uma dupla dinâmica: a que decorre do confronto entre os protagonistas sócio históricos na emergência da ordem monopólica e a que se instaura quando, esbatendo mediatamente aquele confronto na estrutura sócio ocupacional, todo um caldo cultural se instrumentaliza para dar corpo a alternativas de intervenção social profissionalizadas. Ambas as dinâmicas se inscrevem no tecido armado pelo jogo das forças das classes sociais, ainda que não sejam diretamente redutíveis a este – postos o peso específico e a configuração peculiar dos vetores constitutivos daquele caldo cultural (NETTO, 1992, p. 76).

A forma como o sistema capitalista emergiu estruturou a divisão da sociedade em duas classes sociais antagônicas. De um lado, os que possuem o capital e os meios de produção, e do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho.

Ocorridas as Revoluções Industrial e Francesa, no século XVIII, o século XIX iniciou com um enorme potencial de conflito: o das consequências políticas, econômicas e sociais geradas pela contradição da relação entre o capital e o trabalho como forma de produção da riqueza que sustenta a sociedade capitalista.

A ascensão do capitalismo ocorre de maneira devastadora consagrando o domínio do capital sobre o trabalho, de forma a deixar cada vez mais evidente a relação desigual, contraditória e antagônica entre as classes sociais: a burguesia e o proletariado. O processo de acumulação capitalista ocorre ampliando e concentrando a riqueza

Conforme Neto (2011),

A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica. (NETTO, 2011, p. 20, 21).

Excluído: .

O monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva e à medida que este se estabelece ocorre uma maior competição entre os próprios trabalhadores, que contribui, assim, para a redução dos salários e o aumento do desemprego. Assim,

as medidas assistenciais voltadas para auxiliar a reprodução dessa parcela da classe trabalhadora, alijada do mercado de trabalho, vem responder a interesses substanciais da classe capitalista, no sentido de garantir uma oferta abundante e permanente de força de trabalho a baixo custo. [...] a pauperização acentuada determina um ambiente fértil à emergência de utopias, de inconformismos que são, potencialmente, ameaçadores à ordem vigente. Controlar e prever as ameaças tem sido uma estratégia política do poder. (IAMAMOTO, 2011, p. 109, 110)

Todo esse processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista provoca a pauperização da classe trabalhadora. A emergência da “questão social” é oriunda das condições de exploração e dominação a que a classe trabalhadora se encontra submetida. A existência dessa pauperização impulsionou a organização dos trabalhadores para reivindicar condições humanas e dignas de trabalho, criando instituições de defesa dos seus principais interesses. Os interesses da classe trabalhadora perpassavam as condições dignas de sobrevivência para suas famílias, que agora tinham seus filhos e mulheres recrutados a trabalharem para o capital para atender a sua necessidade de extração da mais-valia.

Nesse cenário de empobrecimento da classe trabalhadora, diversas lutas são travadas em busca melhores condições de vida e trabalho. Contudo, a busca

incessante do capital por lucros e crescente acumulação aprofundam-se as desigualdades sociais.

As mobilizações e manifestações dos movimentos operários contra a ordem social vigente são observadas nesse contexto, sinalizando a recusa ao massacre imposto pelo capitalismo monopolista.

A classe trabalhadora luta pelo direito de criar associações como forma organizativa de suas manifestações contra as opressões sofridas. Os trabalhadores criam organizações do tipo corporativista e sindicalista, visando direitos trabalhistas como salário, regularização da jornada de trabalho, ambiente de trabalho adequado as necessidades desses, entre outros.

O fenômeno do pauperismo vivenciado na realidade da classe trabalhadora estão ligados ao desenvolvimento industrial-concorrencial do capitalismo no século XIX, e foi denominado de “questão social”, ou seja, a inevitável consequência do processo de acumulação capitalista que na dinâmica de sua produção e reprodução provoca o surgimento de mazelas, especialmente na consagração do binômio industrialização/urbanização no decorrer do séculos XIX.

No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se internaliza na ordem econômico-política: não é apenas o acrescido excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas – é tudo isto que, caindo no âmbito das condições gerais para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com efetivação dessas funções se realizando ao mesmo tempo em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe.” (Netto, 2011, p. 29, 30)

As manifestações da chamada “questão social” são compreendidas por Netto (1982, p. 21) “como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade

capitalista, fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho". A "questão social" representa para a ordem burguesa uma ameaça ao processo de desenvolvimento e acumulação capitalista, requerendo estratégias de controle sobre a classe operária para conter as possíveis manifestações sociais em decorrência de tais problemas.

Diante disso, a exploração, a acumulação da pobreza, da opressão e da expansão da miséria que tanto a burguesia desejava ocultar, ganha volumosa evidência, o que torna necessária a criação de estratégias capazes de confrontar com a disseminação da pobreza que aflige a classe operária no contexto da sociedade capitalista.

As lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora provocaram a necessidade de criar mecanismos de enfrentamento das manifestações da "questão social". O pensamento burguês não reconhece a "questão social"; só sendo reconhecida quando a classe trabalhadora politiza a "questão social", e a burguesia reconhece não como uma relação de problema entre as classes, mas como um problema do indivíduo.

É no âmbito do Estado que estão postas as maiores estratégias políticas que orientam as estratégias de enfrentamento das expressões da "questão social" no âmbito do controle e da regulação social. Assim,

as políticas "assistenciais", de "promoção social" ou de "bem-estar social", como se queira rotular, embora dirigidas à classe trabalhadora, interpretam os interesses dessa classe segundo a visão dos grupos que controlam o Estado. Um dos resultados que se obtém, através de muitos desses serviços é a institucionalização, pelo Estado, da pobreza, transformando o que era um "problema social" em uma questão sob controle. (IAMAMOTO, 2011, p 112)

As estratégias utilizadas pela burguesia para responder ao problema do pauperismo e as expressões deste na realidade social da classe operária, a saber a "nova lei dos pobres" de 1834, a qual passou a vigorar com o objetivo de enfrentar os problemas crescentes por meio do atendimento individualizado nas próprias comunidades, diminuindo o atrativo da assistência para deixar a mão-de-obra mais livre para o mercado.

Outra medida adotada posteriormente foi a direção dada as ações filantrópicas, sendo essas absorvidas pela burguesia para atender as necessidades

sociais mais gritantes da classe operária, mediante articulação com a Igreja, o Estado burguês e a Sociedade. A burguesia se utilizava da força, da moral e da disciplina como forma de conter as lutas de classes.

Isso representava para a burguesia, mais um ganho na luta por consolidar o sistema capitalista, uma vez que, além do apoio do Estado para a proteção dos interesses do capital, passaram a dispor das ações filantrópicas transformando os reformadores sociais em agentes ideológicos para a reprodução do modo de pensar capitalista.

As mudanças legislativas e a criação de serviços de natureza social por parte do Estado devem ser vistas como resposta a uma pressão feita pelo movimento operário, no contexto da constituição da sua identidade de classe com a consciência que passa a ter do papel desempenhado na produção da riqueza que torna possível essa sociedade.

O Serviço Social como profissão institucionalizada e legitimada tem como fundamento a “questão social”, porém o histórico social da profissão não se esgota na “questão social” e sim nas suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.

É nesse contexto que surge as possibilidades para o surgimento do Serviço Social como afirma Netto (2011),

há uma “relação de continuidade que efetivamente existe entre o serviço social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa. Esta relação é inegável e, em realidade, muito complexa; de um lado, compreende um universo ideo-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo [...]. Sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos – a Igreja Católica (NETTO, 2011, p.70).

Excluído: .

Essa relação é necessária já que um novo agente profissional não se cria a partir do nada. A constituição deste refuncionaliza referências e práticas já existentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam. Netto (2011) diz que também há uma ruptura em relação a estas protoformas.

Assim, pensar o surgimento do Serviço Social como profissão não é pensa-lo como simplesmente uma continuidade das ações filantrópicas desenvolvidas na esfera da caridade e da benevolência, mas sim, considerar o conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais, tais como o papel do Estado no cenário do capitalismo monopolista e as respostas encontradas pelo bloco dominante para as manifestações da “questão social”, a conotação dada aos problemas sociais ao serem configurados entre o “público” e o “privado”, e os projetos de hegemonia das classes sociais, enquanto protagonistas histórico-sociais. Como afirma Netto (2009):

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. (NETTO, 2009, p.73).

A relação de continuidade não é única nem exclusiva – ela coexiste com uma relação de ruptura que se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão. Esta ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetiva que independem da sua intencionalidade.

A profissionalização do Serviço Social ocorre pela emergência de um espaço sócio ocupacional que demanda a existência desse profissional, que terá um significado social ao atuar no bojo da reprodução das relações sociais. Esse profissional se insere no mercado de trabalho, vendendo sua força de trabalho e assim, assumindo a condição de trabalhador assalariado.

Netto (2011), quanto à questão da profissionalização do Serviço Social, expõe que

[...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, concretizando com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, independentemente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho. (NETTO, 2005, p. 73 )

O Serviço Social emerge dentro do contexto dos monopólios, no qual se criam as condições de existência de um espaço sócio ocupacional que apresenta a necessidade de práticas profissionais como as suas, que legitima esse profissional através das ações e atribuições que desempenha no bojo da divisão sócio técnica do trabalho, promovendo a este um direcionamento para sua laicização.

Assim, o Serviço Social tem na “questão social” a base para sua fundação como especialização do trabalho (IAMAMOTO, 2012), uma real e intrínseca relação. Este trabalhador surge para atuar frente às demandas sociais apresentadas em meio à relação contraditória e antagônica das classes sociais fundamentais, em seu processo de produção e reprodução da vida social.

O Serviço Social vincula-se intrinsecamente ao processo histórico do desenvolvimento do capitalismo monopolista, apresentando-se como uma especialização (profissional) inserida na divisão social e técnica do trabalho demandada para atuar frente às manifestações da “questão social”, oriunda de um processo de pauperização a que é submetida à classe operária no modo de produção capitalista. A “questão social”, configurada como a base fundadora do Serviço Social, é enfrentada por meio da coação e também através de políticas sociais instituídas pelo Estado, que tem no Serviço Social o agente profissional habilitado na implementação e execução dessas políticas, legitimando assim a profissão.

Em sua emergência, os fundamentos do Serviço Social orientaram-se pelo pensamento conservador, que concebe as expressões da “questão social” como problemas dos indivíduos. A atuação profissional desenvolvia-se por meio de diagnóstico e tratamento dos problemas sociais, psicologizando as relações sociais.

Podemos concluir nessa etapa que, a história da profissão, quer no campo teórico ou da intervenção, foi marcado por vetores histórico-sociais e matrizes teórico-culturais, e que, a ampliação do sistema de saber para o Serviço Social era um processo orgânico e cumulativo com incorporação de novos quadros teóricos e analíticos em sua congruência e padrão de articulação com a massa crítica. Porém, conforme em Netto (1992, p. 87) as diferentes concepções que marcaram o princípio constitutivo do Serviço Social como profissão, foi também o seu fio condutor de afirmação e desenvolvimento apresentando-lhes com base factuais para a profissão: o universo problemático de demandas histórico-sociais; o horizonte do exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção.



## *1.2 O surgimento do Serviço Social no Brasil*

A trajetória do Serviço Social no Brasil iniciou na década de 1930 do século passado, em meio ao processo de industrialização e concentração urbana, nos quais o proletariado começou a lutar pelo seu lugar na vida política e por seus direitos, por meio da articulação de movimentos sociais.

O modelo econômico era o agroexportador, que tinha como objetivo abastecer o mercado europeu com produtos agrícolas de origem tropical, sendo os principais produtos brasileiros de exportação o café, a borracha, o açúcar e algodão. No período da Primeira Guerra Mundial houve um crescimento na indústria nacional devido às dificuldades criadas pela disputa do mercado internacional, tanto para as exportações dos produtos agrícolas, como para as importações dos manufaturados.

Esses fatores favoreceram a produção interna de bens industrializados, como também o crescimento dos centros urbanos em torno das indústrias, gerando a formação da classe operária no país, acompanhada por um processo de intensa exploração da força de trabalho dessa classe operária. Os trabalhadores passaram a ocupar as periferias das cidades, sem as mínimas condições de vida; faltando-lhes todas as políticas estruturantes e sociais (moradia, saneamento, educação, saúde, etc.). Essa acentuada pobreza contribuiu para o aparecimento dos movimentos sociais que passaram a contestar a ordem estabelecida.

A Revolução de 1930 pôs fim a Primeira República, com a posse do governo por Getúlio Vargas, após um golpe organizado por seus partidários. Seu governo foi caracterizado por ser forte e centralizador, e por investir grandemente no desenvolvimento da indústria de base, para garantir a estrutura de que o capitalismo necessitava para expandir-se. Com isso o governo buscou modernizar a economia nacional, acelerando o processo de industrialização.

Devido ao processo de exploração da força de trabalho dado pelo processo de desenvolvimento da industrialização a classe operária tem um enorme crescimento, vivendo nos centros urbanos em condições insalubres, precárias e desumanas, próximos das indústrias e sujeitos a excessivas horas de trabalho.

A forma encontrada para garantir a reprodução da força de trabalho e responder às lutas sociais dos trabalhadores foi, dentre outras, a intervenção sobre

a “questão social” por meio de políticas sociais. Estas são “[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento às [...] expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 51).

É válido destacar que o processo de implementação das políticas sociais nos países capitalistas não foi uniforme, dependendo de fatores, como a formação social e econômica de cada um, além da capacidade organizativa da classe trabalhadora, no que tange ao processo de luta pela reivindicação de direitos.

No caso brasileiro as intervenções sobre a “questão social” através de políticas sociais públicas vão ocorrer, de forma mais sistemática, a partir de 1930, quando o Estado, no governo de Getúlio Vargas, passa efetivamente a realizar ações voltadas para estes fins. O desenvolvimento das políticas sociais no país possui características determinadas pelo modo de organização do sistema capitalista, pois este se dá de forma diferenciada em relação aos países centrais.

A implantação do Serviço Social no Brasil ocorre nessa conjuntura de acirramento das lutas sociais e como requisição do capital monopolista.

Os movimentos sociais e sindicatos avançam nesse momento na luta por direitos da classe trabalhadora. Segundo Gohn, (2003) ocorreram no meio urbano lutas sociais da classe trabalhadora por melhores salários e condições de vida; lutas das classes trabalhadoras urbanas por meios de consumo coletivo; lutas das classes populares e médias por moradia; lutas por diversas classes sociais por legislação e normatização pelo Estado, entre outras.

A década de 1940 foi marcada pela implantação do Estado Novo (1937 – 1945), sendo considerado no campo político por um governo ditatorial, já que o mesmo fecha o Congresso Nacional e impôs uma nova Constituição, com características antidemocráticas, porém o país fez grandes avanços econômicos, com a modernização industrial e de infra-estrutura. Neste contexto foram conquistados avanços para os trabalhadores com leis trabalhistas, porém, também serviam para enquadrar os trabalhadores, de forma a ter o controle sobre a classe trabalhadora.

O período que se iniciou em 1945 foi marcado pelo o ingresso do país no cenário político democrático, mesmo diante da precariedade institucional, política e social que vivia o país. O governo empreende uma política nacionalista, visando

levar o Brasil a um desenvolvimento industrial "autônomo", fazendo crescer a indústria nacional, a produção agrícola, a produção industrial e os salários.

Em seu processo de institucionalização, o Serviço Social no Brasil conecta-se ao projeto hegemônico da classe burguesa, com um caráter conservador, cujos fundamentos fincam-se no neotomismo, na doutrina social da igreja católica e no funcionalismo norte americano.

Com as grandes instituições de assistência social, surge o mercado de trabalho para o assistente social, e se torna uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes (IAMAMOTO, 2004).

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil. Vincula-se, também, a organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. (IAMAMOTO, 2011, p 86)

A implantação e desenvolvimento das grandes instituições sociais e assistenciais criaram as condições para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de cunho social, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social. Paralelamente, implicará um processo de legitimação e institucionalização da profissão e dos profissionais do serviço social. (IAMAMOTO, 2011).

A implantação e desenvolvimento das grandes instituições sociais e assistenciais criaram as condições para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de cunho social, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social. Paralelamente, implicará um processo de legitimação e institucionalização da profissão e dos profissionais do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2005, p. 249)

Neste processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil houve influência do funcionalismo norte-americano, sobretudo por meio das formulações de Mary Richmond, que trouxe para a profissão o método de atuação serviço social de casos individuais.

Este é o período do Serviço Social tradicional. O assistente social estudava e investigava o meio social ou a condição social da pessoa, a fim de descobrir a

possibilidade de ela se enquadrar à sociedade ou caso contrário mudaria de meio social, tendo como objetivo trabalhar a personalidade da pessoa em sua adaptação ao meio social no qual ela vivia.

O assistente social é também considerado um intelectual que tem como instrumento básico de trabalho o conhecimento e a linguagem. O conhecimento, como base teórico-metodológica, e a linguagem – recurso básico para todos os profissionais, pois possibilita a comunicação entre eles e aqueles com os quais interagem

Segundo Iamamoto (2011),

No desempenho de sua função intelectual, o assistente social, dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho, ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional. Pode tornar-se intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. (IAMAMOTO, 2011, p 103)

A década de 1950, teve um crescimento econômico e o processo de industrialização ganhou novo vigor, sendo introduzido na economia brasileira o setor de bens de consumo duráveis, em grande parte através de investimentos estrangeiros, visando tirar o país do atraso e trazê-lo para a modernidade capitalista. Com isso, o Serviço Social se expande ao assumir as propostas desenvolvimentistas.

No decorrer desses anos, a profissão sofrerá suas mais acentuadas transformações, “modernizando-se” tanto o profissional como o corpo teórico, métodos e técnicas por ele utilizados. Há, também, um significativo alargamento das funções exercidas por Assistentes Sociais, em direção a tarefas, por exemplo, de coordenação e planejamento, que evidenciam uma evolução no status técnico da profissão. Assumem relevo e aplicação mais intensiva os métodos de Serviço Social de grupo e, especialmente, Comunidade, a partir dos quais os agentes poderão exigir uma nova caracterização das suas funções. (IAMAMOTO, 2009, p. 339 e 340)

A atuação do assistente social torna-se mais técnica e fundamenta-se na busca da neutralidade, distanciando-se dos problemas tratados e no aprimoramento dos métodos clássicos de intervenção

Porém no decorrer da década de 1960, o país passa por uma crise no modelo de governo populista, gerando uma instabilidade econômica e política, que culmina com a deposição governo de João Goulart, por meio do golpe cível-militar de abril de 1964. Nessa década, houve uma intensa organização política da classe trabalhadora dando origem há diversos movimentos sociais, causando a ofensiva das classes dominantes. De um lado, a esquerda considerava que as medidas de Jango eram insuficientes para alterar o quadro social do país, e do outro lado, a direita o acusava de corrupto, e de que ele irá preparar um golpe de Estado, conduzindo o país ao regime comunista.

Foi neste contexto que, na América Latina, emerge o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que teve reflexos no Serviço Social brasileiro. Este movimento surgiu em 1965 e se esgotou por volta de 1975, e propunha a ruptura com o conservadorismo que marcava a profissão. Este movimento trouxe consigo as insatisfações acumuladas pelos profissionais que se conscientizam, progressivamente, de suas limitações, tanto teórico-institucionais como político ideológicas.

O movimento de reconceituação constitui a base, dentre outras, do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Na abordagem de Netto (2004), a trajetória do Serviço Social no contexto do processo de renovação, assume diferentes direções teórico-políticas: a perspectiva modernizadora, a perspectiva reatualização do conservadorismo e a perspectiva intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora constituiu-se em uma tentativa de adequar o Serviço Social às demandas oriundas no pós-64 e assim, reforçar o processo de desenvolvimento e contribuir com a ordem instituída.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo, segundo Netto (2004) recupera as bases teórico-metodológicas que conferiram ao Serviço Social um traço microscópico, com a visão de mundo vinculada ao pensamento católico tradicional, mas o faz com uma nova roupagem, trazendo traços de modernidade, tentando vinculá-lo a outras matrizes intelectuais, especialmente à fenomenologia.

A perspectiva de intenção de ruptura cujo direcionamento diferencia-se das demais por possuir um elemento contestador, realiza uma crítica ao desempenho do

Serviço Social tradicional. Ela se baseia na tradição marxista, mesmo que no primeiro momento de forma tortuosa. Essas direções buscavam formular novas alternativas teóricas e ideológicas ao Serviço Social tradicional.

Mesmo se constituindo no pré-1964, a perspectiva intenção de ruptura se adensa somente ao longo dos anos oitenta, expressando o processo de laicização da profissão. Isso se dá devido às mudanças ocorridas no país durante o processo de reabertura política e democratização. A intenção de ruptura ganhou força por colocar o Serviço Social ao lado das demandas da classe trabalhadora, não mais como agente legitimador da exploração.

Na contemporaneidade, pode-se visualizar diferentes transformações societárias, advindas das relações de produção e da relação entre Estado e sociedade. Consequentemente ocorrem alterações nos espaços profissionais dos assistentes sociais, onde se amplia o conservadorismo mascarado nas controvérsias desta realidade.

O Serviço Social nos anos 1980 e 1990, amadurece e, em seu processo de renovação, o aporte histórico-dialético, contribui de forma significativa para os avanços teórico-político da profissão, principalmente na compreensão do significado da profissão nas relações sociais e na sociedade capitalista.

A hegemonia alcançada pela intenção de ruptura é materializada através dos instrumentos normativos da profissão. No primeiro momento o Currículo Mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986. Esse direcionamento expressa-se nos fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão que apreende criticamente as relações sociais no capitalismo.

Diante destes desafios, é preciso que o profissional disponha de clareza teórica e estratégias políticas, apoiado em uma análise crítica sobre as novas expressões da “questão social”, que se transmutam nas demandas sociais. Isso requer um posicionamento diferenciado na concretização da ação profissional, ou seja, um patamar inovador no uso dos aspectos teórico-metodológicos.

Segundo lamamoto,

O assistente social não tem sido um profissional autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo... No entanto, se esta não vem sendo, historicamente, uma característica básica da profissão, ela não exclui, integralmente, certos traços que marcam uma prática “liberal”

Excluído: .

entre os quais se poderia arrolar: a reivindicação de uma deontologia (Código de Ética), o caráter não rotineiro da intervenção, [...] a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários. A isso se acresce outro traço peculiar do Serviço Social: a indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, abrindo ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. (IAMAMOTO, 2011, p 86, 87)

O assistente social tem no seu processo de atuação, um processo contraditório a partir do momento que ele passou a se enxergar como um trabalhador explorado, assim como os seus usuários. Nesse processo contraditório o assistente social também passará a ter uma nova análise dentro do seu espaço sócio ocupacional, enxergando também as suas próprias demandas institucionais.

### *1.3 O projeto ético-político do Serviço Social hegemônico na atualidade*

A inserção de segmentos do Serviço Social junto aos movimentos sociais vinculados aos interesses da classe trabalhadora vai ocorrer a partir da década de 1960. Neste contexto setores profissionais passam a analisar criticamente suas intervenções, pois com a aproximação com os movimentos sociais na luta por seus direitos criou-se a possibilidade de reflexão crítica de sua atuação, despertando a busca de um referencial teórico que contribui-se com a perspectiva de transformação social. Para a compreensão crítica da sociedade capitalista, segmentos do Serviço Social brasileiro aproximam-se da teoria social de Karl Marx.

A transição da década de 1970 a 1980 marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, principalmente no que tange ao enfrentamento do conservadorismo profissional. Trata-se de um contexto de recusa e crítica deste conservadorismo que trás a base para um projeto profissional, denominado como projeto ético-político.

Netto (2009) afirma que

os projetos profissionais apresentam a auto imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para seu exercício, prescrevem

normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas. (NETTO, 2009, p. 144)

Estes projetos são construídos por um sujeito coletivo e é através da sua organização que um corpo profissional elabora o seu projeto. Como afirma Netto (2009), se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

Netto (2009) ainda afirma que os projetos profissionais são estruturas dinâmicas que respondem às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais e é por estes motivos que os projetos profissionais se renovam e se modificam.

O corpo profissional como sujeito coletivo não é homogêneo e nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. Este é um campo de tensões e lutas constantes. O projeto profissional requer sempre uma fundamentação de valores de natureza ética (posta nos Códigos de Ética).

É importante ressaltar que nos anos 1970 aos 1980 tivemos a primeira condição para construção do novo projeto onde há recusa e crítica ao conservadorismo profissional. É nesse momento que as vanguardas profissionais procuraram consolidar a formulação de um novo Código de Ética Profissional instituído em 1986 e posteriormente revisado em 1993. Já em 1986, o Código de Ética tem diversos avanços que o tornaram um marco na profissão com o rompimento com o conservadorismo, na explicitação frontal do compromisso profissional com a massa da população brasileira, a classe trabalhadora (NETTO, 2009).

É entre os anos 1980 e 1990 que o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil se configurou em sua estrutura básica, com seu caráter aberto em contínuo desdobramento. Este projeto tem em seu cerne o reconhecimento da liberdade como valor central e a partir disto, compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão os indivíduos sociais. Não podemos deixar de colocar aqui que este



projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social sem exploração. Este projeto afirma a defesa dos direitos humanos, repudia preconceitos e contempla positivamente o pluralismo tanto na sociedade quanto no exercício profissional. Este projeto ético-político conquistou hegemonia no Serviço Social na década de 90, porém não se pode afirmar que tal projeto esteja consumado ou que seja o único existente no corpo profissional.

É nítido o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que vem liquidando direitos sociais, privatizando o Estado, sucateando os serviços públicos e implementando uma política que penaliza a massa da população. Mas, segundo Netto (2009) o projeto ético-político tem futuro, pois aponta precisamente o combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo.

Com a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n 8662/93, o novo Código de Ética Profissional de 30 de março de 1993, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS trazem a proposição para a formação de um profissional crítico em relação as relações sociais na sociedade capitalista e competente em relação a leitura da realidade e construção de estratégias profissionais vinculadas à valores éticos, cujo horizonte é a emancipação humana.

A lei de regulamentação da profissão explicita as atribuições privativas e as competências profissionais. Conforme os artigos 4 e 5 da Lei de Regulamentação que tratam das competências e atribuições privativas de profissionais do Serviço Social, são aquelas que se referem diretamente à profissão, como a atribuição privativa de coordenar cursos, equipes de Serviço Social nas instituições públicas e privadas. As competências são aquelas ações que os(as) assistentes podem desenvolver, embora não sejam exclusivas do seu campo de atuação. O profissional deve conhecer, se apropriar e desenvolver um conjunto de habilidades técnicas que permitam implementar ações profissionais junto a população usuária e às instituições contratantes. O profissional de Serviço Social deve ainda orientar, informar e esclarecer a população quanto suas atividades, bem como os direitos dos usuários em relação ao Serviço Social.

O trabalho profissional do assistente social fundamenta-se nas dimensões ético-política; teórico-metodológica e técnico-operativa. Estas dimensões são indissociáveis.

Podemos dizer que há um projeto profissional, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do(a) assistente social na divisão sócio técnica do trabalho, devendo responder às demandas atuais colocadas à profissão a partir do mercado de trabalho, mas também reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade, no seu contexto conjuntural.

Portanto, a preparação para a profissão não pode ser confundida com a preparação para o emprego, devendo um projeto de curso articular dialeticamente as demandas reais àqueles potenciais, que não contribui para alterar o panorama profissional vigente. (Iamamoto, 1992, p 164).

Há uma busca constante da profissão para pesquisar respostas ao seu cotidiano profissional e a sua própria condição de trabalhador, no processo de intervenção na realidade social, econômica, política e histórica e de construir instrumentos que possam materializar a lógica curricular nesta dinâmica, que será abordada no próximo capítulo.

## Capítulo 2 – O debate contemporâneo e o estágio supervisionado

Excluído:

### 2.1 Diretrizes curriculares e resoluções do CFESS

As novas modalidades de contratação do mercado com contratos temporários, subcontratos e a terceirização, juntamente com uma política de redução do papel do Estado nas áreas sociais levaram a uma expansão do mercado de trabalho na oferta e desenvolvimento de programas na área social, sem uma correspondente elevação de trabalhadores. As políticas sociais norteadas pela doutrina neoliberal, para a qual se predomina a lei de mercado da oferta e demanda, com redução do Estado, traz consigo a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais.

Esta nova conjuntura tem alterado o projeto de formação profissional de inúmeras profissões, inclusive da assistente social. No Serviço Social, até o momento, o avanço ético-político, teórico-metodológico e técnico operativo, a partir da década de 1990, foi significativo para a resistência e a luta dos profissionais na resistência em torno de suas conquistas, com coerência político-profissional assumida desde os movimentos de busca de ruptura com o conservadorismo na profissão.

Em 1946, surgiu no Brasil a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), quando existiam apenas três escolas de Serviço Social no país, o que demonstra a preocupação e o compromisso dos primeiros assistentes sociais brasileiros com a formação profissional. Em 1998, expressando o avanço na pesquisa e na produção do conhecimento na área do Serviço Social, ela passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Seu objetivo é “congregar as Unidades de Ensino em torno da promoção

e construção de um significado social para a formação dos assistentes sociais, imprimindo-lhe rigor teórico-metodológico e relação histórica com a sociedade”. Assim, ela assegura direção intelectual e político-pedagógica ao processo de formação profissional (ABEPSS, 2007). As Diretrizes Curriculares da profissão em vigor foram aprovadas em 1996, portanto, no período ABESS. Contudo, faremos referência a elas como ABEPSS/1996, considerando que foram referendadas, parcialmente, pelo MEC em 1999 (CRESS, 2002).

Ainda, referindo-se ao atual projeto profissional em curso pelo Serviço Social brasileiro, Iamamoto (1997) afirma que ele é demarcado pelas condições reais e efetivas do exercício profissional, e tem a capacidade de,

por um lado [...] responder às demandas atuais feitas à profissão a partir da realidade do mercado de trabalho, visto ser o assistente social um profissional assalariado [...] e, por outro lado, de reconhecer e conquistar novas e criativas alternativas de atuação, expressão das exigências históricas apresentadas aos profissionais pelo desenvolvimento das sociedades nacionais. Subjacente a estas afirmativas está o fato de ser o desenvolvimento da profissão compreendido como um fenômeno histórico, [...] que resulta das determinações da realidade social impostas à profissão pelas relações sociais de produção e pelos processos políticos. (IAMAMOTO, 1997, p. 104, 105)

A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8662/93 (BRASIL, 1993), o novo Código de Ética Profissional de 30 de março de 1993, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) orientaram a elaboração dos diversos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, cujo reconhecimento é inquestionável nas várias instâncias.

No âmbito da produção científica, houve também grandes avanços, sobretudo em decorrência da implantação de cursos de pós-graduação, o que tem assegurado, à profissão, uma bibliografia plural e crítica. Os programas de pós-graduação expandem-se nas universidades e abrem o diálogo do Serviço Social com outras áreas do saber, com outras profissões e com assistentes sociais de outros países, em especial da América Latina, cuja presença é mais notada nos cursos de mestrado e doutorado, na condição de estudantes, conferencistas, professores e também compondo bancas da avaliação.

Desenvolve-se, portanto, uma construção política e profissional dos assistentes sociais que se mobilizam em torno dos movimentos mais amplos que marcam a luta pela democracia e direitos sociais no Brasil como o movimento das Diretas Já, Assembleia Nacional Constituinte e promulgação da Constituição Brasileira (1988), aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras (NETTO, 1996; COFI/CFESS, 2002).

As diretrizes curriculares nos permitem a crítica do Serviço Social com o voluntarismo e o conservadorismo, reafirmando seu compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo com os valores éticos de caráter emancipatório. Outro aspecto importante que marca as diretrizes curriculares em vigor é o reconhecimento do assistente social como pertencente à classe trabalhadora. Este aspecto possibilita o desvelamento das determinações sócio-históricas que incidem sobre o fazer profissional e a consciência crítica da exploração da força de trabalho como a base da acumulação do capital e das desigualdades sociais.

Desse modo, o processo de formação profissional em Serviço Social, busca garantir à profissão uma direção social hegemônica que possibilite “integrar o rigor da crítica com a capacidade de manter viva a iniciativa política” (IAMAMOTO, 2000, p. 38), isto é, assegurar a “direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABEPSS, 1996, p. 145)

O fortalecimento do projeto ético-político-profissional constitui um desafio para a profissão, pois:

avançar na consolidação da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social nos âmbitos do trabalho e da formação universitária – requer a sabedoria de antecipar sugestões, jogar com as cartas da política do ensino superior na busca de reverter ou conduzir seu processo e resultados para os horizontes pretendidos (IAMAMOTO, 2000, p. 38).

A ABEPSS em 1996 realizou a revisão curricular dos Cursos de Serviço Social e a partir de ampla e democrática discussão e propôs novos parâmetros para a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nesse sentido definiu as seguintes diretrizes:

- 1 Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- 2 Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- 3 Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- 4 Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- 5 Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação legal em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 7-8)

Essas diretrizes são resultado do processo de amadurecimento sócio histórico do Serviço Social e oferecem à profissão e ao processo de formação elementos fundamentais para sua efetivação.

## *2.2 A formação profissional do assistente social e as Diretrizes Curriculares*

Ao analisarmos a formação profissional em Serviço Social, partimos do pressuposto que é necessária a compreensão da trajetória histórica da profissão, inserida no contexto social que marcou sua emergência e institucionalização na sociedade brasileira. E assim, o fizemos anteriormente.

Segundo Yamamoto (2011), a demanda por essa formação técnica especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico. E é em 1936 em São Paulo que é fundada pelo CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) a primeira Escola de Serviço Social e esta não pode mais se entender como vinculada somente ao Movimento Católico porque já existe uma demanda real a partir do Estado. Em 1940, surge o Instituto de Serviço Social (SP) como desmembramento da Escola de Serviço Social que se destinava à formação de trabalhadores sociais especializados.

Ocorre necessariamente um processo de “mercantilização” dos portadores daquela formação técnica especializada que agora tem sua força de trabalho comprada

No Rio de Janeiro, surge em 1937 o Instituto de Educação Familiar Social; em 1938 a Escola Técnica de Serviço Social; em 1940 é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, e é a partir deste Curso que nascerá a Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil.

Iamamoto (2011) afirma que no decorrer da década de 1940 surgem diversas escolas de Serviço Social nas capitais dos estados federativos. Até 1947, as escolas católicas já haviam diplomado 40 assistentes sociais. E até o final da década já seriam mais de 300 assistentes sociais diplomados.

O assistente social se deparou, no início da formação profissional, com ideologias advindas da Igreja Católica, do Estado e do empresariado brasileiro. Suas práticas reproduziram ideologias conservadoras e os interesses desta classe.

Tais técnicas e metodologias para agir sobre as expressões da “questão social” levaram os profissionais a fazerem apologias do desenvolvimentismo. Fica claro que no segundo Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 1961, a categoria profissional defende profundamente a ideologia desenvolvimentista (falácia do desenvolvimento econômico como equidade social).

O debate interno da profissão era polarizado por duas correntes: a primeira defendia a manutenção da origem conservadora adaptadas às mudanças no modelo norte-americano psicanalista-tecnicista do caso, grupo e comunidade; a segunda propunha mudanças.

Entretanto, fica evidente que tal movimento não provocou mudanças substantivas naquele momento histórico da profissão (décadas de 1960-1970). Mesmo vivenciando o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social reproduzia práticas conservadoras. Após o Seminário de Araxá, ocorreu o Seminário de Teresópolis em 1970 que também trouxe à tona a discussão que o Serviço Social latino-americano vinha propondo a modernização da profissão no sentido de apropriar-se de novas teorias e técnicas para a intervenção também na dimensão macrossocial.

A partir deste Movimento, segundo Netto (2004), é desenvolvida uma disputa entre projetos políticos que divergem no interior da profissão, como já falado anteriormente. Esta disputa é polarizada por três vertentes teórico-metodológicas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

Somente a partir do ano de 1972 até 1974 que alguns assistentes sociais

elaboraram uma crítica de esquerda, baseada em Althusser<sup>1</sup>. A elaboração resultou no Método Belo Horizonte (BH). No entanto, tal método repercutiu no Serviço Social brasileiro como uma intervenção de militância dos profissionais, o que reproduziu na categoria uma visão disforme e mecanicista da realidade social. Netto (2004) afirma que o método BH se inscreve no âmbito da perspectiva de intenção de ruptura. Pautados na teoria social marxista, o encontro de profissionais em Belo Horizonte foi uma experiência realizada em Minas Gerais, por uma equipe vinculada a Universidade Católica de Minas Gerais, que realizou um estudo detalhado que resultou na elaboração de uma nova orientação ao Serviço Social, propondo-se então o rompimento com o tradicionalismo no âmbito teórico-metodológico, no campo da intervenção profissional e no processo de formação.

Cabe destacar que essa primeira aproximação do Serviço Social com a teoria social marxista ocorreu a partir de um pensamento estruturalista. Este foi apropriado inicialmente por uma leitura dos intérpretes de Marx, e esta situação foi alterando-se com a produção teórica que se aprofundou nas décadas de 1980 e 1990, especialmente a criação dos cursos de pós-graduação.

Foi construído e implantado pela categoria organizada na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, o projeto de formação profissional na década de 1980 que buscava a ultrapassagem da visão endógena da profissão. Este projeto de formação profissional compreende a realidade como uma totalidade, historicamente construída, na qual o Serviço Social é constitutivo. O debate sobre a formação profissional pautou-se em uma visão crítica, que buscava identificar as particularidades do Serviço Social. Apesar da aprovação do currículo de 1982, o debate que vinha sendo constituído pela categoria não ficou estagnado. Foi mantido diante da percepção de que o currículo de 1982 mantinha um traço conservador.

No currículo de 1982 não há uma lógica histórica e, na realidade existia uma fragmentação entre o histórico, teórico, metodológico e prático no processo de formação profissional e isto é percebido pela disposição das disciplinas de forma particularizadas de Teoria e Metodologia e História do Serviço Social, somado a dicotomia entre teoria e prática disposta nas ementas das disciplinas. (Konno 2005 p.

---

<sup>1</sup> Louis Althusser foi um filósofo do Marxismo estrutural de origem francesa nascido na Argélia. Uma de suas principais contribuições à teoria marxista foi a crítica ao economicismo e ao humanismo que dominavam as leituras de Marx.



12)

A partir da redemocratização da sociedade brasileira e em meio à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a categoria profissional redesenha, na década de 1990, o projeto Ético Político Profissional com a construção do Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares – formulada pela ABEPSS no período de 1993 a 1993. O Serviço Social adentra na década de 1990 com o amadurecido em relação à teoria crítica marxista; é justamente nesta década que os assistentes sociais aprofundam as discussões e debates sobre a formulação de um Projeto Ético-Político que se materializa nos documentos acima citado.

Os assistentes sociais, organizados em suas entidades representativas, construíram, ao longo de quatro décadas um Projeto Ético-Político sólido e crítico às contradições inerentes às relações sociais do modo de produção capitalista. Tal Projeto é fruto de luta e resistência, por parte dos assistentes sociais, às ideologias políticas, econômicas e culturais conservadoras presentes no cenário nacional. Este projeto tem o objetivo de orientar o exercício profissional, a partir de princípios embasados na liberdade e na democracia e que prima uma ação profissional comprometida com a classe trabalhadora e não pela defesa e manutenção da burguesia. Se posiciona em favor da equidade e da justiça social, da participação política e da socialização da riqueza socialmente produzida; tem uma preocupação com a (auto) formação permanente e uma constante postura investigativa; prioriza uma relação sistemática com os usuários; preconiza uma articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que partilhem de propostas parecidas.

Há em vigência um processo de adequação do sistema educacional às necessidades de resposta do capital à crise contemporânea que se desenvolve dentro da contrarreforma do Estado, no contexto do ajuste neoliberal iniciado no Brasil nos anos 1990. Fica claro que a educação superior é um campo extremamente lucrativo. Neste cenário as universidades públicas tornam-se alvo do grande capital.

O início dos anos 1990 fica marcado pela ofensiva neoliberal e com esta, o Projeto Ético Político da profissão fica ameaçado. Na contracorrente desta ofensiva foi promulgada a Lei que Regulamenta a Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/1993), foi publicado o novo Código de Ética e posteriormente, no ano de 1996, é definida as Diretrizes Curriculares do Serviço Social, como foi dito acima. As

Diretrizes Curriculares apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional, tendo como conteúdo: formação e trabalho profissional.

A reformulação do currículo de 1982, contribuiu para a formulação das Diretrizes Curriculares de 1996 que tinha como foco instrumentalizar os futuros profissionais para a apreensão crítica da realidade e com capacidade propositiva e comprometidos com a transformação da sociedade, dentre outros. O movimento de reformulação buscou construir uma proposta de formação profissional que forme profissionais aptos a responderem às demandas contemporâneas e as mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista, que alteraram a esfera da produção e do Estado. Neste cenário ocorre o agravamento das manifestações da “questão social”.

Segundo Iamamoto (2003, p.172) o texto das Diretrizes Curriculares de 1996, é “uma Reforma Curricular atenta às transformações nos padrões de acumulação capitalista – produção e gestão da força de trabalho – nas estratégias de dominação e no universo da cultura”. As mudanças desenvolvidas nos padrões de produção e acumulação capitalista, representam uma resposta à crise que o processo de acumulação capitalista passa a sofrer a partir da década de 1970, quando tinha sua base estrutural no modelo fordista/ keynesiano – padrão da produção rígida.

Segundo IAMAMOTO (2003) estas mudanças visualizadas no ‘mundo do trabalho’, não são alheias ao Serviço Social, as mesmas também ocorrem na relação de trabalho do assistente social e ao mesmo tempo com as condições de trabalho dos usuários. Assim, é fundamental que

a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela ‘modernização’ da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial (IAMAMOTO, p.180, 2003).

O Projeto Ético-Político foi uma conquista da categoria profissional, ao longo do processo histórico, em busca de um aprofundamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que respondesse às atribuições e competências

profissionais do assistente social na direção estratégica de um projeto profissional vinculado aos valores emancipatórios, como foi afirmado anteriormente.

Entretanto, a categoria profissional vivencia diversas faces do conservadorismo na contemporaneidade. A proposta do Projeto Ético-Político é contrária às práticas conservadoras que ao longo dos mais de setenta anos da profissão ainda nos levam a um ethos não condizente com a emancipação humana.

O processo de formação profissional do assistente social visa contribuir com uma nova forma de pensar e fazer, apoiado por uma capacitação teórico-metodológica, com base em uma teoria social crítica, em princípios ético, políticos e ideológicos voltados para demanda da classe trabalhadora, colocando a “questão social” como foco central da profissão, sendo assim apontada pelas diretrizes da ABEPSS (2005).

Conforme afirma Iamamoto,

O Serviço Social latino-americano está reconstruindo uma face acadêmica, profissional e social renovada, cujas origens remontam ao movimento de reconceitualização – voltada à defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social. [...] o que coloca a centralidade da questão social para o trabalho e a formação profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 06)

Nas palavras de Carvalho (2007, p. 49) “O próprio desenvolvimento do capitalismo produz automaticamente as expressões da “questão social” [...] quanto mais se produz riqueza mais contradições sociais são geradas.” Isso é resultado das relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista, onde a produção é coletiva e, portanto, dividida entre todos, mas os resultados dessa produção são apropriados de forma privada.

A produção teórica dos assistentes sociais no âmbito das ciências sociais aplicadas tem contribuído em muito para o amadurecimento da profissão. Estudar e apreender as particularidades do trabalho profissional é fundamental no processo de formação e no exercício profissional. Este estudo deve ser pautado nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão e promover a reflexão sobre a realidade social. O estágio supervisionado cumpre importante papel no processo de formação profissional, sendo central na articulação entre mercado de trabalho e formação profissional.

Neste sentido, para responder tanto às transformações no mundo do trabalho em tempos de crise do capital e ofensiva neoliberal, quanto às exigências de uma formação com qualidade, a ABEPSS, construiu em 2009/2010 a Política Nacional de Estágio.

### *2.3 A Política Nacional de Estágio*

A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS) de 2010, seguindo as Diretrizes Curriculares, diz que a atividade de estágio é uma atividade curricular obrigatória na formação de graduação em Serviço Social devendo ter o envolvimento do discente, professor e o assistente social de campo.

Tal atividade é de suma importância para o discente, pois o insere no espaço sócio ocupacional do assistente social, capacitando-o para o seu exercício profissional, tendo a supervisão de estágio um papel fundamental. Segundo a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009),

A diretoria da ABEPSS indicou como uma das ações prioritárias da gestão 2009/2010 a construção da PNE, em consonância com os anseios profissionais na direção do enfrentamento dos inúmeros desafios com os quais a categoria se defronta, neste contexto de hegemonia do capital e de suas regressivas contra reformas, dentre elas a universitária. Diante disso, reafirma-se o compromisso com a luta da educação pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e de relevância social; e com a defesa das diretrizes produzidas pela ABEPSS (1996). (ABEPSS, 2009, p. 4)

Vale ressaltar que existem dois tipos de estágio: obrigatório e não obrigatório. Nesta monografia vamos nos debruçar apenas no estágio obrigatório, pois como já mencionado anteriormente, ele faz parte fundamental da formação profissional dos discentes em Serviço Social.

Para esclarecermos a questão sobre o que é estágio e suas atribuições de modo geral, pois é um componente obrigatório de diferentes profissões, em vários níveis de ensino, faremos referência inicialmente a Lei de Estágio vigente, (Lei

11.788/2008) que dispõe sobre o estágio de estudantes em território nacional.

A Lei 11.788/2008 define estágio como:

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos. (Art. 1º da Lei 11.788).

O Plano Nacional de Educação estabeleceu a meta de, em 2011, o país deveria contar com 30% dos jovens de 17-24 anos na educação superior. Esta meta empurra a universidade pública, seu corpo docente e técnico-administrativo, o ensino de graduação, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação para a esfera mercantil.

Para alcançar essas metas uma das alternativas postas foi a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que institui a educação a distância (EaD) pelo Decreto n. 5.622, de 19/12/2005. O ensino à distância é movido pelos cursos on-line que se apresentam com um discurso de democratização do acesso, o que favorece uma expansão fora de controle da educação superior.

A EaD consolida a maior mercantilização da educação no país. Iamamoto (2012) apresenta dados do MEC (2007) em que em 6 cursos recém-criados de serviço social em EaD disponibilizam 9.760 vagas. Atualmente a ABEPSS registra 492 cursos de Serviço Social ofertados no país, sendo 172 na modalidade à distância. Entre os 10 maiores cursos de graduação na oferta de modalidade à distância no país, o curso de Serviço Social ocupa o terceiro lugar em número de vagas ofertadas, perdendo apenas para Pedagogia e Administração (INEP/MEC, 2010). Iamamoto acredita que os futuros diplomados vão constituir em breve um exército assistencial de reserva, reforçando práticas do voluntariado e da precarização do exercício profissional.

Ainda que o mercado de trabalho requeira um trabalhador polivalente, com capacidades de cumprir múltiplas funções, a formação profissional aligeira-se. O que está em questão não é qualidade do ensino, mas o quanto se pode lucrar com a educação.

Na busca de qualificar-se para o mercado de trabalho, extremamente competitivo, os trabalhadores investem na formação profissional. Assim, o

trabalhador passa a assumir mais uma função: a de estudante. O aluno-trabalhador tem a falsa sensação de “dever cumprido” e acredita que assim o mercado reconhecerá seus esforços e sua nova qualificação.

Há na EaD uma constante e total falta de diálogo entre professor e aluno. Dúvidas, por exemplo, são tiradas não com um professor necessariamente formado em Serviço Social, mas sim com um tutor que é uma pessoa “que organiza, orienta e acompanha os alunos em todas as atividades” (Silva, 2011). Este tutor não é um professor e sim uma nova profissão que surge para desvalorizar e desqualificar o docente. O aluno do EaD não tem incentivo à pesquisa e assim, acaba entrando no mercado de trabalho com uma formação profissional precarizada e com pouca ou nenhuma experiência nas áreas de atuação.

Dentre os componentes constitutivos das Diretrizes Curriculares, a expansão de vagas no curso de Serviço Social, sobretudo na modalidade EaD, o estágio supervisionado é aquele que mais visibiliza as tensões decorrentes do processo de reestruturação produtiva que permeia o ciclo atual de acumulação do capital, tanto no mercado de trabalho quanto na formação profissional do assistente social. Isto porque a mercantilização da educação ocorre com as mesmas estratégias que permeiam a acumulação flexível: precarização das condições de trabalho, intensificação da exploração da força de trabalho, desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que congrega as unidades acadêmicas da graduação e pós-graduação em Serviço Social, em articulação com o conjunto Conselho Federal (CFESS) e Conselhos Regionais (CRESS), órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão, e com a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), organização do movimento estudantil, desenvolvem gestões junto ao MEC no sentido de sustar a autorização de cursos de graduação EaD em Serviço Social.

As entidades propõem ao MEC ampliar os cursos presenciais existentes e abrir novos cursos nas universidades públicas, onde estes ainda não existem. Isto se justifica pela modalidade não atender as exigências constantes nas Diretrizes Curriculares, mostrando-se inadequada ao projeto pedagógico e profissional em Serviço Social. Essas entidades notam ainda que um princípio fundamental não é tomado por base: “Rigoroso trato teórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os

quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.” (Diretrizes Curriculares do serviço social, 1999)

Com tudo isto posto, pode-se afirmar que há uma massiva mercantilização da educação superior, um empresariamento da universidade pública, uma proliferação de cursos presenciais privados e a graduação virtual crescente. Estes ferem a formação e comprometem o desenvolvimento científico e cultural das novas gerações, aumentando as tendências de aprofundamento da subalternização econômica e política do país.

Se faz necessário salvaguardar as conquistas que conferem legitimidade intelectual, moral e cultural à profissão e fazê-la avançar. As conquistas de 70 anos de profissão, alicerçadas no avanço teórico-metodológico e pedagógico da graduação, da pós-graduação que já registra 24 programas *stricto sensu*, sendo 9 com doutorado; na capacidade político-organizativa dos profissionais; na participação social e na organicidade das entidades representativas (ABEPSS, conjunto CFESS-CRESS e ENESSO) precisam ser garantidas.

Entretanto, existe ainda uma série de temas problemáticos na formação do assistente social. Uma delas é a distância constatada entre o tratamento teórico-sistemático entre a teoria e a prática profissional. É imprescindível, neste caso, trabalhar o campo das mediações. Outro grande problema na formação, como lamamoto diz,

são as políticas de estágio/pesquisa, no “ensino da prática”, no precário desenvolvimento de relações acadêmicas entre os centros de formação e as instituições do mercado de trabalho, que oferecem campos de treinamento profissional, na rede de intercâmbios entre Universidade e o meio profissional... (IAMAMOTO, 2012, p. 192)

Ainda, segundo lamamoto (2012), estes problemas devem ser reconhecidos pelas unidades de ensino e a partir disto, “atribuir maior rigor e consistência à apropriação das matrizes teórico-metodológicas incidentes no campo da formação, especialmente pelo quadro docente” e, além disso, fazer “um atento acompanhamento do movimento histórico presente, carreando informações que subsidiem as análises sobre as problemáticas em que incidem a prática profissional”.

Desde então, tais fundamentos teóricos-metodológicos e direção ético-política refletem-se na produção acadêmica, na inserção social e política da categoria, nas lutas pela consolidação da democracia no Brasil, bem como nos investimentos da formação acadêmica, que vem exigindo constante aprofundamento intelectual e aperfeiçoamento das competências que envolvem o fazer profissional, comprometido com a formação generalista e humanista, que reusa a fragmentação dos processos sociais e o seu descolamento da formação de produção capitalista. (ABEPSS 2009, p 10)

O estágio obrigatório é um instrumento fundamental neste processo de formação do aluno para que ele tenha uma análise crítica, interventiva, propositiva e investigativa em seu processo de formação profissional. O estágio obrigatório deve ocorrer em consonância com os princípios ético-políticos do nosso código de ética e contribuir para que o futuro assistente social compreenda o sentido da relação teoria e prática nas diferentes perspectivas teóricas e como cada uma concebe as contradições e expressões da “questão social”.

O estágio supervisionado curricular obrigatório deve ter supervisão direta com a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, com acompanhamento, tendo como base planos de estágio elaborados em conjunto com a UFA e as instituições públicas ou privadas que oferecem o campo de estágio.

#### *2.4 O estágio supervisionado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

A Escola de Serviço Social (ESS) insere-se no âmbito do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Curso de Serviço Social foi criado em dezembro de 1936, integrado à escola Ana Nery pela Lei nº 452 de 05 de julho de 1937 e reconhecido pelo Decreto Lei 53 de 18/11/66. Através do Decreto nº 60.455 de 13 de março de 1967, o curso de Serviço Social ganha autonomia dispondo de uma estrutura administrativa e física próprias.

A Escola de Serviço Social da UFRJ vem assumindo uma posição de liderança no cenário nacional e internacional a partir do seu investimento em pesquisa e produção acadêmica, contribuindo com a formação e ampliação da massa crítica no interior da profissão e com diversos setores da sociedade.



O curso de Serviço Social oferecido pela ESS/UFRJ tem o seu currículo vigente estruturado conforme a revisão que, operada em 1996 atualizou aquele que entrou em vigor em 1984, de acordo com o parecer 412/82 do antigo Conselho Federal de Educação.

O projeto pedagógico aprovado para o curso de graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, para além de atender às propostas da ABEPSS e às prescrições do Ministério da Educação e às normas vigentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro, deve ser tomado como construção elaborada pelo conjunto da unidade de ensino e expressão coletiva de sua vontade político-acadêmica.

Nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, os fundamentos para a formação profissional dos assistentes sociais no Brasil são articulados a partir de três núcleos: Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamento do Trabalho Profissional. No currículo da ESS/UFRJ estes núcleos foram nominados áreas fundamentais com disciplinas a elas pertinentes. São três as áreas fundamentais da formação na ESS: Área de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Área de fundamentos da formação social brasileira e Área de fundamentos da ação profissional.

A ESS/UFRJ, ao longo de sua história, teve importante papel na formação da profissional dos assistentes sociais brasileiros. Este protagonismo se adensou na década de setenta, quando nela se implementou o ensino de pós-graduação, que atualmente contempla os níveis de mestrado e doutorado. E, especialmente a partir da década de oitenta, sua contribuição à formação mais qualificada ganhou inteira visibilidade, com uma ativa participação nos fóruns acadêmicos e profissionais mais representativos da categoria.

O projeto pedagógico da ESS/UFRJ, sintonizado com o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro, tem por princípios norteadores os valores explicitados na fundamentação do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993). Tais princípios são historicamente construídos e devem concretizar-se na prática do assistente social.

A ESS/UFRJ leva em conta os parâmetros elementares para conduzir uma formação compatível com estes princípios, quais sejam a realidade social brasileira, as exigências do mercado de trabalho e o papel da instituição acadêmica.

A partir do Reuni, (2008) o curso de serviço social na UFRJ é ministrado em dois turnos – diurno e noturno. O diurno tem a duração mínima de oito (8) períodos (semestres) letivos e o noturno, de dez (10) períodos (semestres) letivos.

O curso compreende um total de três mil cento e cinquenta (3.150) horas, assim distribuídas:

- 1.800 horas de disciplinas teóricas;
- 480 horas de prática (Estágio Supervisionado I-IV);
- 640 horas de teórico-práticas;
- 80 horas de disciplinas de orientação;
- 150 horas de atividades extracurriculares.

Atualmente está em vigência a Política de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ consolidada em Agosto/2018; elaborada/sistematizada pelas professoras Gláucia Lelis Alves e Luana de Souza Siqueira. Esta foi homologada em sessão extraordinária de Congregação da ESS em Setembro/2018. Esta política local se deu após diversas reuniões com docentes da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional (disciplina esta realizada durante o período de estágio); reuniões com supervisores de campo, discentes e docentes; bate-papos temáticos de estágio e oficinas; fóruns locais e participação em fóruns estaduais.

A Política Local de Estágio (2018) entende que o estágio é central na formação profissional do/a assistente social e, além disso, esta formação implica a articulação entre atividades de análise teórico-metodológica, de pesquisa e de preparação para o fazer profissional. Na formação profissional a Universidade precisa garantir ao aluno uma relação entre teoria e prática, onde estas não se dissociam. O aluno deverá compreender que a teoria dá a base, esclarece e orienta uma intervenção. Essa Política Local entende que o estágio é fundamental na formação e que deve ser calcada na apreensão crítico-reflexiva da realidade.

A Coordenação de Estágio e Extensão da ESS/UFRJ define estágio obrigatório como atividade normativa que se desenvolve no interior de uma instituição, supervisionado por um profissional de serviço social e acompanhado por um docente através da disciplina de Orientação e Treinamento Profissional e tem como requisito o cumprimento de uma carga horária de 120h semestrais. Já o estágio não obrigatório é definido como atividade opcional e deverá ser supervisionado da mesma forma, com a mesma carga horária; além disto, deverá ser remunerado e só poderá ser realizado por um semestre. (2018)

O aluno só poderá iniciar o estágio após aprovação nas disciplinas Ética Profissional e serviço social II.

O estágio é realizado em qualquer instituição conveniadas com a UFRJ, sob aprovação da ESS. A responsabilidade pela abertura de campos de estágio e manutenção de vagas é atribuição da Coordenação de Estágio e em casos especiais o (a) estudante, professor (a) ou assistentes sociais solicitam à Coordenação de Estágio o interesse para campo.

A discussão referente ao estágio segue alguns eixos fundamentais em consonância com as diretrizes curriculares e PNE, considerando a relação entre a teoria e prática; a dimensão didático-pedagógica (discussões principalmente sobre dificuldades e desafios, projetos e possibilidades: precarização do ensino; dificuldade em conseguir campo de estágio, dificuldade em sensibilizar docentes para supervisão acadêmica e profissionais para supervisão de campo).

As instituições de ensino, tendem a melhorar a relação entre estágio, pesquisa e extensão, pois a extensão estrutura-se em programas articulados.

A Política Nacional de Estágio Destaca que:

Para que os projetos de extensão se tornem campo de estágio faz-se necessário: explicar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com os artigos 4 e 5 da Lei que regulamenta a profissão; Indicar que os projetos e planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do serviço social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio institucional; Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no Conselho; Que não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo e de supervisor(a) acadêmico(a). O (a) docente, ao assumir a função de supervisor (a) acadêmico (a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos (ABEPSS, 2014, p40).

O processo de realização de estágio dentro de um projeto de extensão tem grande capacidade de conseguir trazer o aluno trabalhador para realizar suas atividades de estagiário dentro da instituição de ensino, pois consegue agregar conhecimento para o aluno trabalhador, fazendo com que haja uma certa flexibilidade de horário para este aluno, pois o fator de horário muito provavelmente será determinante para que esse aluno possa concluir sua graduação sem atrasos.

### **Considerações finais**

Este trabalho teve como objetivo sistematizar a discussão da sobre o estágio obrigatório analisando a política de estágio, as resoluções do CFESS e as diretrizes curriculares, trazendo para o debate a reflexão sobre o surgimento e a institucionalização do Serviço Social, identificando os principais marcos da profissão na sua trajetória e a partir disto, focalizar na política de estágio dentro da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seus rebatimentos.

Enquanto aluno da ESS/UFRJ e trabalhador que cursou o período noturno e conseguiu iniciar o estágio somente dois anos (aproximadamente) após o período correto devido à falta de vagas em estágios no final de semana, e concluiu os quatro períodos de estágio obrigatório no final de 2014, antes da Política Local de 2018, posso expor um pouco da minha trajetória e dificuldades.

O meu processo de busca por um campo, perpassou por algumas dificuldades de conciliar meu horário de trabalho e minha graduação, tendo como única opção de horário os finais de semana. Pensando nas minhas possibilidades de estágio, as vagas não existiram por algum tempo; hospitais ou outras instituições de assistência social e terceiro setor em sua maioria não abriam nos finais de semana, e os que funcionavam não abriam vagas.

Além do problema de poucos serviços em funcionamento no final de semana, e que em grande maioria são da área da saúde, existe também o problema do assistente social não querer ter estagiário, até pelo fato que, em sua maior parte, os profissionais que atuam na área da saúde aos finais de semana, possuem o sistema de plantão por escalas e com isso dificulta o acompanhamento entre o estagiário e o supervisor de campo.

Neste processo de abertura de novos campos de estágio, se faz necessário uma articulação da ESS/UFRJ, com ênfase na coordenação de estágio, para estreitar uma articulação com os campos de estágio para conseguir buscar novos laços entre instituições.

Em meados de 2012 abriu então um processo seletivo de estágio aos finais de semana no Hospital Federal do Andaraí e no Centro de Cidadania da Praia Vermelha.

No meu processo de escolha optei pelo Centro de Cidadania da Praia Vermelha, que é um projeto de ensino-pesquisa-extensão dentro da própria ESS/UFRJ, que me abriu a possibilidade de estágio aos sábados, tendo também um dia de estágio durante a semana, nos horários das 17 às 19 horas.

O Centro de cidadania da praia vermelha é um programa de extensão que surge em 2009 na ESS/UFRJ, e, para além de suas funções no âmbito da extensão, constitui uma forma de responder às demandas de estagio aos finais de semana e visa contribuir no processo de capacitação sócio-político dos alunos, sobretudo do curso noturno, aos supervisores de campo de estagio e lideranças de movimentos sociais, para que atendam de forma qualificada as demandas reais existentes em suas comunidades. Esta iniciativa visa contribuir para o processo de capacitação sócio-política destes alunos, supervisores e das lideranças dos movimentos sociais.

Este processo se dá através de cursos, onde são aprofundados os mais variados temas e questões que perpassam a nossa sociedade, trazendo pautas e lutas históricas dos trabalhadores em busca dos seus direitos políticos e sociais, se colocando de forma oposta às praticas de ideologias mercantilista que traz a pratica da educação como forma de renda e lucro. O objetivo do CCPV / UFRJ então se dá na democratização da produção do conhecimento inerente à UFRJ e parceiros institucionais, por intermédio dos seus cursos de capacitação – extensão, contribuindo para uma consciência cidadã.

O CCPV se constitui também como campo de estágio que recebe alunos trabalhadores oferecendo uma alternativa para o desenvolvimento de atividades voltadas a pesquisa, ensino, produção de material acadêmico e assessoria a movimentos sociais urbanos.

Dentro do CCPV houve um desdobramento quanto ao campo de estágio, e hoje está mais inserido na Coordenação de Estágio e Extensão, sendo um dos objetivos mais importantes deste, o aumento dos campos de estágio e com isso o

aumento do ingresso de alunos no campo de estágio. Nesse processo um dos trabalhos feitos por mim dentro do CCPV de buscar e articular novas possibilidades de campos de estágios para os alunos, que assim como eu, encontram dificuldades para sua inserção em um campo de estágio.

Assim, o CCPV é um importante instrumento dentro da ESS/UFRJ no que se refere a política de estágio, pois além de ser um importante campo de atuação para os estagiários que ali estão inseridos, traz oportunidade do estágio obrigatório para o aluno trabalhador, consegue agregar para o aluno a oportunidade de se ter o tripé do ensino-pesquisa-extensão em sua plenitude, pois o aluno trabalhador também encontra grande dificuldade de inserção em um projeto de pesquisa e/ou extensão ao longo da sua graduação.

A Política Nacional de Estágio destaca que:

Para que os projetos de extensão se tornem campo de estágio faz-se necessário: Explicitar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com o artigo 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão; Indicar que os projetos e planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do serviço social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio institucional; Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no conselho; Que não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo e de supervisor(a) acadêmico(a). O (a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função de supervisor de campo junto aos mesmos. (ABEPSS, 2014, p.40)

Hoje observo que já tivemos bons avanços dentro da ESS/UFRJ, no que se diz respeito ao estágio obrigatório na qual, parte de seu corpo docente vem se debruçando nas questões e problematizações que o complexo tema do estágio possui tanto na formação acadêmica, mas também pensando nas condições de trabalho dos assistentes sociais em um momento de acirramento das correlações forças em nossa sociedade.

### Referência Bibliográfica

ABESS. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. Cadernos ABESS, No. 7 – Novembro de 1997, São Paulo: Cortez, Edição Especial.

ABEPSS. Texto de referência para a proposta de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, 2005.

ABESS/CEDEPSS – Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, Novembro de 1996.

BRASIL. Projeto de Lei, 15 de janeiro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. 2010.

BRASIL. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Ministério da Educação e do Desporto – MEC. Brasília. DF. 1999.

BRASIL. Educação à Distância – EaD. Decreto n. 5622 de 19 de dezembro de 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior 2010. Brasília. DF. 2011.

CERQUEIRA FILHO, G. A “questão social” no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012

KONNO, Cristiane Carla. A Formação Profissional na consolidação do projeto ético político do Serviço Social. Disponível em: <

[http://estacio.webaula.com.br/BiBlioTECA/Acervo/Complementar/Complementar\\_25182.pdf](http://estacio.webaula.com.br/BiBlioTECA/Acervo/Complementar/Complementar_25182.pdf) >. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. Serviço Social: divisões sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. Ditadura Militar e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações societário e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In MOTA, Elizabete Mota... [et al.], (orgs). 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

Política de Estágio da Escola de Serviço Social da UFRJ consolidada em Agosto/2018. (Portaria nº 9677/2018).

SILVA, Anuska Batista da. Direito ou Mercadoria: uma análise da Educação à Distância no Serviço Social em Campina Grande – PB. 2011. 26f. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. IN: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n 103, p. 405-432, jul./set. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a02n103.pdf>> Acesso em 10 de agosto de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Escola de Serviço Social. Currículo Pleno: Curso de Graduação em Serviço Social. 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Escola de Serviço Social. Sobre a ESS. Disponível em: <[www.ess.ufrj.br](http://www.ess.ufrj.br)>. Acesso em: 2 de setembro de 2014.